

CARTILHA

Mulheres

DE OLHO NA
DEMOCRACIA BRASILEIRA



Convite às leitoras e aos leitores

É com satisfação que apresentamos a cartilha “*Mulheres de Olho na Democracia Brasileira*”, uma produção do “De Olho nas Urnas: candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024”, projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás (UFG) com apoio do Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados.

O principal objetivo do De Olho nas Urnas é mapear os processos eleitorais do ponto de vista da participação das mulheres e monitorar e avaliar outras iniciativas de promoção da igualdade de gênero nas eleições municipais, e com isso propiciar que o debate sobre a importância da participação ativa das mulheres na política eleitoral seja mais consistente e presente na sociedade. O projeto é financiado com recursos federais provenientes de emenda parlamentar aprovada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, mediante articulação do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP).

Queremos, com esta cartilha, fornecer informações e ferramentas práticas para que as mulheres possam participar de forma efetiva da democracia em nosso país. Para tanto, mostramos aqui o que é democracia e quais são os seus princípios fundamentais, como ela surgiu, por que é fundamental defendê-la e qual a importância das mulheres nos espaços de poder.

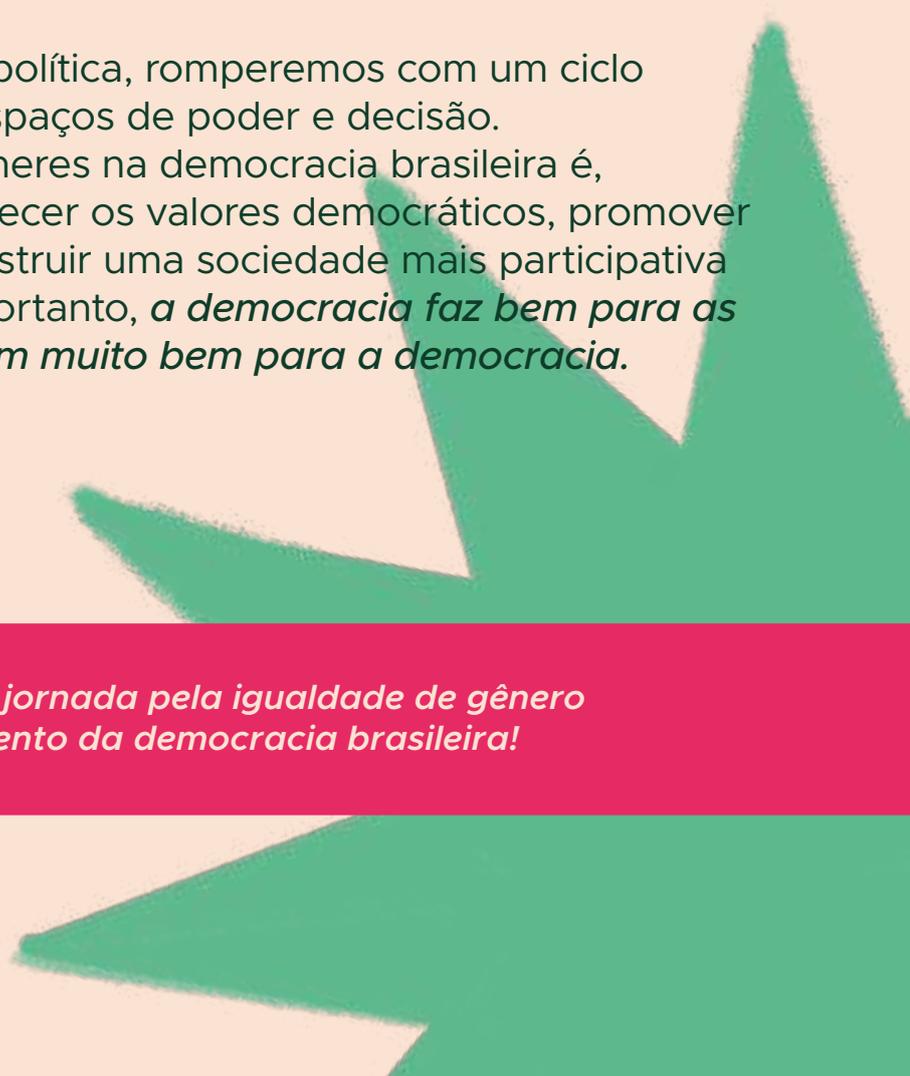
Lembramos que a participação das mulheres na política brasileira é necessária para garantir a legitimidade da nossa democracia, porque as mulheres são a maioria da nossa população e não há democracia que se constitua sem a sua adequada representação nas esferas de poder. A presença de mulheres na política é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Entretanto, quando falamos em inclusão das mulheres na política, isso não se limita apenas à representatividade numérica, mas se refere, também, à discussão e promoção de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas, como a garantia dos direitos reprodutivos, o enfrentamento à violência de gênero, a igualdade salarial, a luta antirracista, entre outros.

Além disso, a presença feminina nos espaços de poder contribui para a apresentação de outra perspectiva às questões econômicas, políticas, estruturais, sociais, ambientais e de direitos humanos, enriquecendo o debate político e ampliando as possibilidades de soluções mais inclusivas e abrangentes. Afinal, a sua presença ativa na política é essencial para garantir a diversidade de vozes, perspectivas e experiências na tomada de decisões que podem mudar toda a sociedade.

Com mais mulheres na política, romperemos com um ciclo histórico que as exclui dos espaços de poder e decisão. A participação ativa das mulheres na democracia brasileira é, portanto, decisiva para fortalecer os valores democráticos, promover a igualdade de gênero e construir uma sociedade mais participativa e justa para todas e todos. Portanto, *a democracia faz bem para as mulheres e as mulheres fazem muito bem para a democracia.*



*Junte-se a nós nessa jornada pela igualdade de gênero
e pelo fortalecimento da democracia brasileira!*

Sumário

1. O que é democracia?	5
1.1 Tipos de democracia	6
1.2 A democracia vai além das eleições	8
2. A importância da democracia	10
2.1 Principais características e pilares da democracia	12
3. A participação política das mulheres no Brasil redemocratizado	17
3.1 As mulheres pelo retorno da democracia nas décadas de 1980/1990	18
3.2 Anos 2000: avanços e desafios	21
3.3 Década de 2020: mais avanços, mais ameaças	23
4. Estado Democrático de Direito: por que defendê-lo diante das novas ameaças?	26
4.1 Qual é a relação entre a democracia e a política?	30
4.2 A importância da participação das mulheres	31
4.3 Obstáculos à igualdade de participação das mulheres	33
Glossário	39
Minidicionário para Mulheres na Política	39
Pequeno Dicionário de Termos Políticos	40
Link úteis	42
Referências	44

CONTROLES DE PÁGINA



Clique no capítulo escolhido acima e vá direto para ao assunto.



Em todas as páginas: clique na seta para voltar ao sumário.

1 O que é democracia?

A democracia é um regime político no qual o poder é exercido pelo povo, direta ou indiretamente. No Brasil, os modelos de democracia estabelecidos na Constituição Federal de 1988 são o representativo e o participativo, sendo o primeiro como forma de governo e o segundo como forma de participação da sociedade no desenho, implementação e controle social das políticas públicas, para além do voto.

Que tal aprender um pouco mais sobre esse regime de governo?

Em sua essência, a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. É uma forma de organização social em que o poder soberano reside na coletividade e não nas mãos de um único indivíduo ou grupo privilegiado. É o sistema que reconhece a igualdade de direitos e oportunidades para todos e todas, garantindo que cada voz seja ouvida e que cada voto tenha valor.

Princípios fundamentais

Participação popular: o poder emana do povo, que o exerce livremente através de mecanismos como eleições, plebiscitos, referendos e outras formas de consulta pública.

Igualdade política: a igualdade política não se limita apenas a um direito, mas também a um dever de cada cidadão. Participar ativamente do processo democrático, seja por meio do voto, do debate de ideias, da formação de grupos de interesse ou da cobrança de seus representantes, é fundamental para garantir que a democracia funcione plenamente e atenda às necessidades de todas as pessoas.

Liberdade de expressão: os cidadãos e as cidadãs são livres para expressar suas opiniões, elogios e críticas ao governo. Monitorar e avaliar iniciativas de promoção da igualdade de gênero nas eleições, imprensa livre e direito a manifestações é essencial para uma democracia saudável.

1.1 Tipos de **democracia**

Democracia direta

neste modelo, os cidadãos participam diretamente na tomada de decisões. Eles votam em questões específicas e têm voz direta nas políticas públicas.

Na prática

Atenas é o berço da democracia direta. Lá, os cidadãos reuniam-se na ágora (praça pública) para apresentar propostas de leis e votar diretamente em questões políticas. No entanto, esse modelo era restrito a um grupo específico de cidadãos, excluindo mulheres, escravizados e estrangeiros.

Contemporâneo/moderno

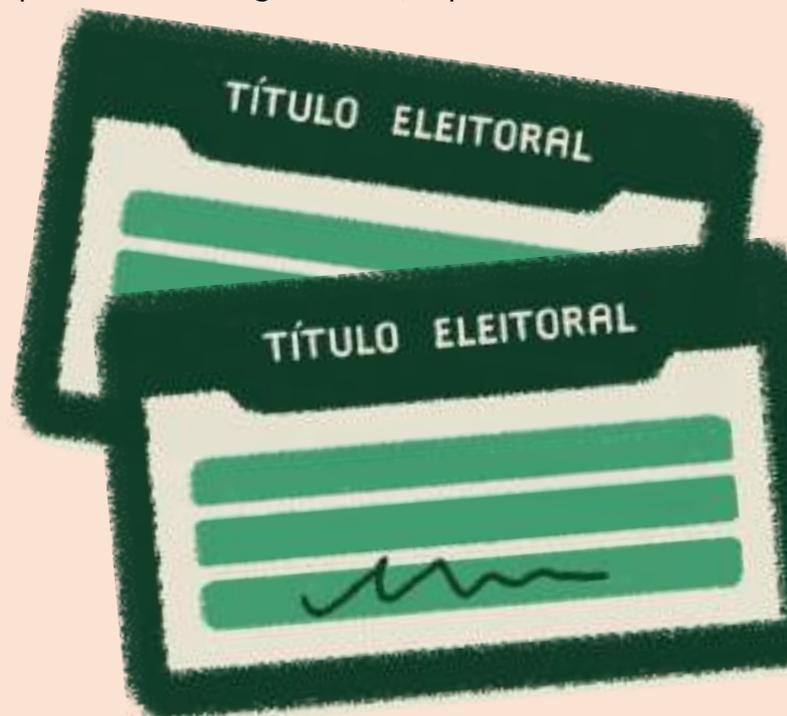
a Suíça é um país que se aproxima do conceito de democracia direta. Seu sistema político combina elementos de democracia representativa e direta. Os cidadãos suíços têm a oportunidade de votar em questões específicas por meio de referendos e plebiscitos. Eles podem influenciar diretamente as políticas públicas e as decisões do governo.

Democracia representativa

aqui, os cidadãos e cidadãs elegem representantes para tomar decisões em seu nome. Esses representantes atuam nos parlamentos e governos, representando os interesses do povo.

Na prática

Eleições são um componente essencial do sistema democrático. Elas ocorrem em intervalos regulares, geralmente a cada 2 ou 4 anos, com o objetivo de renovar os mandatos dos representantes eleitos. Essa prática garante que os cidadãos e cidadãs tenham a oportunidade de avaliar o desempenho dos líderes atuais e permitir que continuem ou escolher novos representantes com base em suas ações e propostas.



Democracia participativa

este tipo combina elementos das democracias direta e representativa. Além de eleger representantes, os cidadãos e cidadãs são incentivados a participar ativamente em debates, audiências públicas e outras formas de consulta pública.

Na prática

Movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel crucial na democracia participativa. Essas entidades têm um impacto significativo na sociedade, promovendo a participação ativa dos cidadãos e cidadãs na defesa de causas importantes.

Você sabia?

A democracia é mais do que um regime político; é um ideal que busca aprimorar a qualidade de vida das pessoas, garantir a justiça e promover a igualdade. Sua evolução contínua reflete a vontade constante de se construir uma sociedade mais justa e participativa.

Fique de olho

A democracia não é isenta de falhas e desafios. Reconhecer isso é fundamental para que possamos trilhar o caminho da constante evolução e aperfeiçoamento desse regime, seja pelo voto, seja fiscalizando nossos representantes, seja participando diretamente da esfera pública!



1.2 a democracia vai além das eleições

Ou seja, a democracia vai além do direito de escolher seus representantes por meio do voto nas eleições! Ela é a oportunidade de você ter voz e poder de decisão sobre o futuro da sua comunidade, da sua cidade e do seu país. Através da participação direta, você pode:

Definir onde os recursos públicos serão investidos:

através do orçamento participativo, você propõe e vota em projetos que impactam diretamente a sua vida e a da sua comunidade, como melhorias em escolas, saúde, transporte e infraestrutura.

Influenciar políticas públicas:

nos conselhos municipais, você representa os interesses da população e cobra ações da prefeitura em áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente e muito mais.

Fiscalizar o uso do dinheiro público:

é possível acompanhar os gastos da administração pública e denunciar irregularidades, por meio dos tribunais de contas, dos ministérios públicos, dentre outros.

Você sabia?

A expressão “governo do povo” é frequentemente associada à democracia. Ela tem origem no grego antigo, derivada da junção de duas palavras: demos (que significa “povo”) e kratos (que significa “poder” ou “forma de governo”). Essa combinação resulta no significado literal de “governo do povo”.

Fique de olho

A democracia é um valor essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária.



SE LIGA!

- ✱ **Seu poder é real:** sua participação contribui para construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.
- ✱ **Sua voz importa:** expresse suas ideias e reivindicações. Juntas, podemos construir um futuro melhor!
- ✱ **Participar é fácil:** fique atenta às reuniões de Orçamento Participativo na sua cidade, procure contribuir com os conselhos municipais, nos fóruns online, plenárias presenciais, conferências de políticas públicas e consultas públicas.

“Você é a favor de cotas que reservem 50% das vagas para as mulheres no Parlamento?”

2. a importância da democracia

Antes de falarmos sobre a democracia na atualidade, vamos à história sobre as origens desta forma de se fazer política? Se liga e siga na leitura!

ORIGEM DA DEMOCRACIA

Grécia Antiga (século V a.C.)

a democracia surgiu em Atenas, onde os cidadãos participavam diretamente das assembleias para discutir e votar leis e políticas públicas.

LIMITAÇÕES DA DEMOCRACIA NA GRÉCIA ANTIGA

Exclusão das mulheres

mulheres não eram cidadãs e não podiam participar da vida política.

Escravidão

muitos eram escravos sem direitos políticos

Restrição aos estrangeiros

estrangeiros residentes em Atenas não eram considerados cidadãos e não podiam participar da vida política.

MARCOS HISTÓRICOS DA DEMOCRACIA

Roma

na República Romana, cidadãos participavam das assembleias e elegiam representantes, mas mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos.

Revolução Inglesa (1688)

limitou o poder da monarquia e fortaleceu o parlamento, expandindo direitos políticos.

Independência dos EUA (1776)

rompimento dos laços coloniais, tornando os Estados Unidos a primeira nação do continente americano independente.

Revolução Francesa (1789-1799)

proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecendo igualdade, liberdade e fraternidade, influenciando a difusão da democracia globalmente.

Saiba mais

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A EXCLUSÃO DAS MULHERES NA UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

Sufrágio Universal Masculino (1792)

a Revolução proclamou o sufrágio universal, mas apenas para homens, excluindo as mulheres da participação política.

Direitos limitados

as mulheres não tinham direito ao voto, acesso a instituições públicas, liberdade profissional e direitos de propriedade.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ

Olympe de Gouges (1791)

em resposta à exclusão, *Olympe de Gouges* redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, reivindicando igualdade jurídica e política para as mulheres.

TRECHOS IMPORTANTES DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ

Artigo 1º

a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos.

Artigo 6º

a lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos.

SE LIGA!

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã foi ignorada na época,

e as mulheres continuaram a lutar por seus direitos ao longo dos séculos seguintes. E no Brasil? A Proclamação da República, em 1889, foi fundamental para dar início ao Estado Democrático de Direito!

Fique de olho

Aumentar a representação feminina na política é essencial para uma democracia mais justa e igualitária. É importante continuar promovendo a participação das mulheres nos espaços de poder e conscientizar a sociedade sobre essa questão.

2.1 Principais características e pilares da democracia

*A democracia hoje é defendida como um bem universal.
Fique de olho nessa dica!*

A democracia é um regime político que coloca o poder nas mãos do povo. Ela transcende fronteiras e culturas, assumindo a posição de um bem universal. Vamos entender por quê:

Garante os direitos fundamentais

- ☀ Reconhece a dignidade humana e a autonomia dos indivíduos.
- ☀ Assegura o direito de participação nas decisões que impactam suas vidas.
- ☀ Fortalece a participação da população por meio de mecanismos para tanto, como o voto universal, consultas públicas e debates.

Igualdade e justiça social

- ☀ Propõe a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, independentemente de raça, gênero, etnia, religião ou classe social.
- ☀ Reconhece a pluralidade, a liberdade e a participação política das pessoas.
- ☀ Garante acesso de todos e todas aos serviços públicos.

Garantia de segurança

- ☀ A democracia se consolida pela instituição de um sistema de garantias.
- ☀ Sua natureza pacífica e pluralista promove a paz e a segurança.
- ☀ O diálogo e a resolução pacífica de conflitos são seus pilares essenciais.

☀ **Sociedades democráticas apresentam melhores índices de desenvolvimento humano.** E o que é isso? O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um indicador criado em 1990 para medir como as pessoas vivem em diferentes países. Ele não olha apenas para o acesso a dinheiro, mas para três pontos importantes: saúde, educação e padrão de vida. *Exemplo:* com um IDH de 0,967, a Suíça¹ está no topo do ranking mundial. Isso se deve ao alto nível de educação, saúde e renda da população em seu território.



☀ **A participação do povo na tomada de decisões alinha as políticas públicas com as necessidades da população.** *Exemplo:* consultas públicas sobre questões importantes, como mudanças na legislação (plebiscitos) ou confirmação e até mesmo rejeição de uma lei já aprovada pelo Congresso (referendos). Por essa via, a opinião cidadã obtida nessas consultas ajuda a moldar as decisões finais para que melhor atendam aos interesses da população.

Legitimidade e transparência

☀ **Governos democráticos:** eles são legítimos porque eleitos pelo povo quando as cidadãs e os cidadãos têm a oportunidade de participar efetivamente do processo político por meio do voto consciente e promovem a representação genuína de seus interesses. Portanto, a legitimidade democrática, além de ser fundamental para garantir a estabilidade e a eficácia do sistema político, sustenta a confiança e a coesão social, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, prósperas, inclusivas e resilientes.

- ☀ **Transparência:** a transparência das ações governamentais desempenha um papel crucial na manutenção da confiança dos cidadãos. Para garantir essa transparência, é fundamental que os governantes estabeleçam plataformas acessíveis e de fácil compreensão para disponibilizar os dados e informação de maneira geral à população. Isso permite que os cidadãos e cidadãs acompanhem as decisões do governo, entendam como os recursos públicos estão sendo utilizados e participem ativamente do processo democrático.

Fique de olho



A transparência também é uma ferramenta importante no combate à corrupção, pois torna mais difícil para os agentes públicos agirem de forma obscura ou ilegal. Portanto, a combinação de legitimidade e transparência é essencial para a construção de uma sociedade justa e responsável.

Universalidade e adaptabilidade são características fundamentais da democracia. Saiba o que é cada uma delas:

- ☀ **Universalidade:** a democracia é universal porque se baseia em princípios e valores que transcendem fronteiras geográficas e culturais. Ela reconhece, pelo menos formalmente, a igualdade de todos os seres humanos, independentemente de sua origem, etnia, religião, gênero ou classe social. A ideia central é que todos têm o direito de participar nas decisões políticas que afetam suas vidas.
- ☀ **Adaptabilidade:** a democracia não é um modelo rígido e inflexível. Pelo contrário, ela se adapta às diferentes realidades de cada país. Isso significa que os sistemas democráticos podem variar em termos de estrutura, processos eleitorais, representação e participação cidadã.

Na prática

Alguns países adotam sistemas parlamentares, enquanto outros preferem sistemas presidencialistas. Essa flexibilidade permite que a democracia se ajuste às necessidades específicas de cada nação.

Por que a democracia é o sistema mais justo?

A democracia, enquanto regime de governo, destaca-se como a forma mais justa e eficaz de organização social. Ela oferece diversos benefícios à sociedade. Sua importância reside na capacidade de garantir a participação do povo na tomada de decisões, na promoção da igualdade e na proteção dos direitos humanos.

A democracia é fundamental para a sociedade por diversas razões:

Participação e representatividade

Seu voto é a sua voz: na democracia, você escolhe seus representantes e participa das decisões que afetam sua vida.

Eleições livres e justas: todos os cidadãos têm o direito de votar e escolher seus representantes.

Proteção dos direitos individuais

Seus direitos são fundamentais: a democracia garante o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais.

Instituições sólidas: a democracia veicula os direitos dos cidadãos e os protege contra abusos de poder.

Transparência e prestação de contas

Governo responsável: os governantes são responsáveis perante o povo e devem prestar contas de suas ações.

Combate à corrupção: a transparência garante um governo mais honesto e eficiente.

Inovação e desenvolvimento

Um ambiente propício: a democracia estimula a criatividade, a inovação e o progresso.

Diversidade de ideias: soluções mais eficazes para os desafios da sociedade são encontradas através do diálogo e da colaboração.

Resolução pacífica de conflitos

Diálogo e negociação: a democracia promove a resolução pacífica de conflitos.

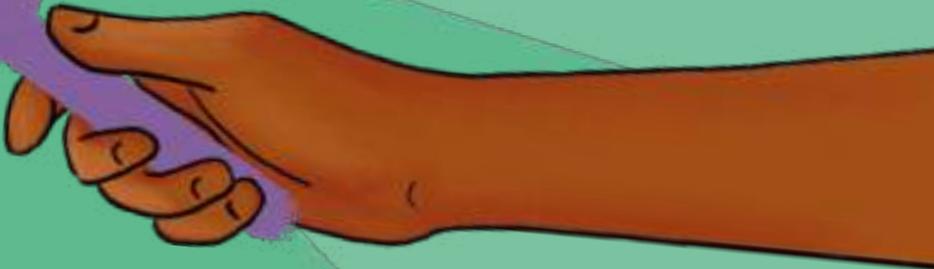
Sem violência: a democracia busca o consenso e a construção de soluções conjuntas.

Estabilidade

Alternância pacífica de poder: a democracia garante a alternância de poder de forma justa, pacífica e organizada.

Planejamento para o futuro: as regras democráticas proporcionam previsibilidade para a sociedade.

Fique de olho



A democracia é um sistema que valoriza a participação, a igualdade e a proteção dos direitos individuais. Uma sociedade democrática é mais justa, equitativa e próspera para todos!

Construída continuamente, a democracia exige o engajamento frequente da população, especialmente das mulheres. É um compromisso diário com os valores que a sustentam, com a defesa dos direitos e com a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Através da participação ativa, da educação crítica e da cobrança constante dos seus representantes, o povo garante que a democracia continue a florescer e a iluminar o caminho para um futuro promissor.

A Constituição Federal de 1988: um marco histórico

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) se destaca como um marco histórico ao assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, como saúde, educação, saneamento, liberdade de locomoção, julgamento justo e imparcial, alimentação adequada, meio ambiente saudável, previdência e direitos trabalhistas. Carinhosamente apelidada de “Constituição Cidadã”, a CF/1988 se configura como a lei suprema do país, servindo como base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O papel das mulheres na construção da democracia

Ao longo da história, as mulheres lutaram arduamente por seus direitos e pelo reconhecimento de seu papel fundamental na construção da democracia. Hoje, elas representam uma força poderosa na vida pública, ocupando cargos de liderança e influenciando decisões em diversos setores da sociedade.

Fortalecendo a democracia: um compromisso coletivo

A defesa da democracia é um compromisso que cabe a cada um de nós. Através da participação em debates, do exercício consciente do voto, do acompanhamento do trabalho dos representantes e da cobrança por um governo transparente e eficiente, podemos fortalecer a democracia e construir um país mais justo, igualitário e próspero para todos.

3. a participação política das mulheres no Brasil redemocratizado

As mulheres sempre tiveram papel fundamental na luta pela democracia no Brasil, mesmo que muitas vezes não tenham recebido o devido reconhecimento. Elas estavam – e estão – presentes em sindicatos, nas escolas, igrejas, ruas e no parlamento.

Vejamos agora, em um breve histórico, como as mulheres foram emblemáticas para a retomada e o fortalecimento da democracia brasileira.

← Durante o movimento das Diretas Já, mulheres organizadas no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) redigiram a “Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte”, e mais de cem propostas e emendas ao texto constitucional que estava a ser construído, para incluir direitos e garantias para as mulheres na Constituição de 1988.

Essas mulheres lutavam por direitos que abrangiam a família, a terra, a renda, a liberdade e o cuidado. A Constituição de 1988 começou a desenhar a dignidade das mulheres em termos de direitos e cidadania. No entanto, é essencial que esses direitos não fiquem apenas no papel, mas que se tornem realidade na vida de todas as mulheres.



3.1 As mulheres pelo retorno da democracia nas décadas de 1980/1990

Nos anos 1980 e 1990, a presença das mulheres na política aumentou significativamente. Elas começaram a exercitar sua voz, lutando por seus direitos de maneira mais organizada, impulsionadas pela necessidade de atuarem em conjunto para combater os anos de repressão da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil (1964-1985).

Entre as diversas formas de resistência à ditadura protagonizadas por mulheres, se destacam as associações em busca dos desaparecidos políticos (clube de mães), comunidades eclesiais de base – com forte luta pelo trabalho digno das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, despossuídos de terras –, além da organização em movimentos contra o elevado custo de vida. As mulheres desafiaram os papéis de gênero, tradicionais à época, participando também do movimento estudantil, de partidos e de sindicatos, na tentativa de derrubar o regime militar, sendo duramente reprimidas. Foram elas que iniciaram o movimento pela anistia. Mas é importante salientar que a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão não foi homogênea: a experiência das mulheres brancas foi diferente da experiência das mulheres negras.

O racismo, o sexismo e as desigualdades

fazem com que as mulheres negras experimentem formas de opressão que mulheres brancas desconhecem.

Suas vitórias são marcadas por lutas em múltiplas frentes. Algumas figuras negras se destacaram por sua contribuição na luta pelos direitos das mulheres e da população marginalizada. Elas foram essenciais na construção de movimentos de base que buscavam a igualdade de gênero e a justiça racial. Desde os anos 1980, diversas lideranças negras emergiram, atuando tanto nas bases comunitárias quanto em instâncias políticas institucionalizadas. Nos anos 1990, o movimento negro começou a se fortalecer politicamente.

Quer conhecer algumas lideranças negras que fazem parte da nossa História?

Benedita da Silva

primeira mulher negra a ocupar o cargo de vereadora do Rio de Janeiro; deputada da Assembleia Constituinte de 1988; primeira mulher negra eleita para o Senado Federal e governadora do Rio de Janeiro. Sua atuação sempre esteve ligada à defesa dos direitos dos mais vulneráveis, especialmente das mulheres e da população negra.



Maria Beatriz Nascimento

foi uma figura importante no ativismo político, participando da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Em 1979, visitou antigos quilombos em Angola, reforçando a conexão entre as culturas negras brasileiras e africanas. Destacou-se, ainda, por suas pesquisas sobre “sistemas sociais alternativos organizados por pessoas negras”, abrangendo desde quilombos até favelas. Seu trabalho, que combinava história e antropologia, foi realizado principalmente fora das instituições acadêmicas tradicionais.



Quer conhecer algumas lideranças negras que fazem parte da nossa História?

Élia Gonzalez



importante intelectual do movimento negro no Brasil, considerada uma das pioneiras na disseminação do debate acadêmico que intersecciona raça e gênero. Ativista incansável contra o racismo e o sexismo, atuou para além da universidade, articulando debates sobre a identidade negra e feminina.

Sueli Carneiro

responsável por uma vasta produção voltada para relações raciais e de gênero na sociedade brasileira, defende que uma das formas de luta contra a opressão de gênero é a contestação dos estereótipos socialmente construídos sobre o papel da mulher (a suposta fragilidade, seu confinamento ao espaço doméstico etc.). Figura crucial na definição das políticas antirracistas na democratização do Brasil nos anos 1990, já discutia o acesso igualitário ao ensino superior, muito antes da promulgação da Lei de Cotas em 2012. As discussões e pressões de movimentos liderados por ativistas como Sueli Carneiro moldaram as políticas que conhecemos hoje.



3.2 Anos 2000: avanços e desafios

Dizem que a memória da população brasileira é curta, que no país há um hábito cultural de se esquecer os passos dados rumo à atualidade. Para combater essa crença, vamos à história recente? Vamos refrescar a nossa memória a fim de lembrar qual foi a participação política das mulheres na jovem democracia brasileira?

2002

2003

2005

2006

2010

2010-20

2002: Benedita da Silva é eleita a primeira mulher negra governadora do Rio de Janeiro.

Seu mandato focou em inclusão social, combate à pobreza e promoção da igualdade racial.

2003: Ano marco para as políticas de igualdade racial,

com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Presidência da República.

2005: Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

No ano anterior, pela primeira vez em toda a história brasileira, o Governo Federal propôs à sociedade o debate público em torno da construção de uma Política de Estado voltada para a erradicação das desigualdades raciais. Na Conferência, discutiu-se o acesso à saúde, à educação e à segurança por parte da população negra, resultando na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

2002

2003

2005

2006

2010

2010-20

2006: É publicada a Lei Maria da Penha,

resultado de anos de luta contra a violência de gênero. Essa lei é símbolo do início de uma mudança cultural, recentíssima, no Brasil. A partir de sua promulgação, a violência contra a mulher passou a ser tema de discussão, debate em novelas, notícia de jornal, conversa entre estudantes nas escolas...

Apesar de haver muito ainda a ser feito para proteger as mulheres (e meninas!) no Brasil, a Lei nomeou a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral contra as mulheres. Ela também apontou caminhos para evitar, enfrentar e punir agressões, implantando medidas punitivas mais severas – e efetivas – aos agressores e protegendo as mulheres em condição de violência.

Além disso, há outro ganho com a Lei Maria da Penha: um ganho cultural. Quem viveu nos anos 1990 ainda pode se lembrar: a sociedade “naturalizava” a violência contra a mulher. Músicas como “entre tapas e beijos” ou frases como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” eram costumeiramente repetidas. A aplicação e a discussão da Lei Maria da Penha atuaram, nesse sentido, em prol da “desnaturalização” da violência contra as mulheres no Brasil, demonstrando o quanto sua incidência é absurda.

2010: Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidenta do Brasil.

Sua eleição aumentou a visibilidade das mulheres na política, mas o acesso a esses espaços ainda era desigual. A presença de Dilma nas esferas de poder demonstrou o quão cruel esse lugar poderia ser para as mulheres. Com Rousseff, a violência política de gênero começou a aparecer de forma sistemática nas redes sociais, nas piadas e em discursos machistas sobre a sua presença no Executivo.

2010-2020: Novas lideranças políticas negras e indígenas chegam ao poder.

Nomes de mulheres negras vieram à tona com histórico de altas votações por parte do eleitorado – Marielle Franco, Érica Malunguinho e Érika Hilton estão entre essas parlamentares. Nas eleições de 2018, Joênia Wapichana foi a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal, representando o estado de Roraima. Antes dela, apenas o cacique xavante, Mário Juruna², havia ocupado o cargo em 1987.

Conteúdo Produzido pelo projeto “De Olho nas Urnas”

² Na década de 1970, Mário Juruna ficou famoso ao percorrer os gabinetes da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, lutando pela demarcação de terras indígenas, portando consigo um gravador “para registrar tudo o que o branco diz, e constatar que as autoridades, na maioria das vezes, não cumpriam a palavra.

3.3 Década de 2020: mais avanços, mais ameaças

A presença de mulheres negras e indígenas tornou-se cada vez mais visível na política e nos movimentos sociais. A importância dessas mulheres para a história recente é tão marcante que elas, com propostas em prol da cidadania plena no Brasil, chegam a abalar os poderes instituídos.

Marielle Franco



Marielle Franco foi uma mulher negra, lésbica e defensora dos direitos humanos. Eleita vereadora no Rio de Janeiro em 2016, Marielle lutou incansavelmente denunciando a violência policial nas favelas e promovendo políticas de igualdade racial e de gênero. Seu trágico assassinato em 2018, a mando de políticos milicianos do estado do Rio de Janeiro, destacou a importância da luta por justiça e contra a violência de gênero na política.

Érica Malunguinho

A democracia é mais completa quando a diversidade está presente nas discussões. Érica Malunguinho, eleita deputada estadual por São Paulo em 2018, foi a primeira mulher trans a ocupar um cargo na Assembleia Legislativa de São Paulo. Ela defende os direitos LGBTQIA+, das mulheres negras e combate o racismo e a violência. Érica representa uma nova geração de lideranças negras que articulam as lutas das diferentes mulheres brasileiras.



Érika Hilton

Érika Hilton é uma das vozes negras mais inspiradoras e influentes da atualidade. Deputada Federal desde 2023, é a primeira mulher trans e negra eleita para este cargo no Brasil. Antes disso, foi eleita vereadora por São Paulo com mais de 50 mil votos e, também aí, foi pioneira: Érika foi a primeira mulher trans vereadora pela cidade. Ela promove políticas públicas para a proteção e inclusão da população LGBTQIAPN+ e negra, que historicamente enfrenta discriminação e violência no Brasil.



Sônia Guajajara



Sônia Guajajara é a primeira mulher indígena a ser ministra na história do Brasil. Do povo Guajajara/Tentehar, ela já fez parte da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Em 2022, esteve entre as cinco indígenas eleitas para a Câmara dos Deputados, pelo estado de São Paulo, com mais de 155 mil votos.

Fique de olho!

A caminhada das mulheres na política e sua luta contra a violência de gênero têm sido caminhos longos e cheios de desafios. Apesar dos avanços, houve e há retrocessos (feminicídios, perseguições, ameaças pelas redes sociais etc.) que demonstram resistência, por parte dos poderes instituídos, às conquistas. No entanto, a participação das mulheres – negras, brancas, indígenas, cis, trans... – cresce e traz mudanças significativas para a sociedade.

E SE LIGA, HEIN?!

No Brasil redemocratizado, a inclusão de mulheres negras e indígenas na política tem sido fundamental. Elas desempenham papéis importantes na luta por direitos e pela justiça, trazendo novas perspectivas sobre novas e velhas demandas para a agenda pública. Zelar pela presença delas nos espaços de poder não é trivial: falar de suas dores e de suas lutas não é “mi-mi-mi”, como alguns querem fazer pensar nas redes sociais! PENSEM BEM! Ninguém melhor, para pensar soluções ao problema real do preconceito, do que uma pessoa que vive – na vida diária e na própria pele – as questões atinentes ao ser pessoa indígena, negra e LGBTQIAPN+ (em um país que ainda muito discrimina essas populações).

A presença de todas essas mulheres nos espaços de decisão tem levado a mudanças estruturais no país. Questões que antes não recebiam atenção agora são discutidas e transformadas em políticas públicas, beneficiando todos os cidadãos.

Reconhecer e valorizar o trabalho político dessas mulheres é essencial para garantir uma sociedade mais justa e igualitária. Elas são fundamentais para a construção de um Brasil mais inclusivo e democrático.



4 Estado Democrático de Direito: por que defendê-lo diante das **novas ameaças?**

O que significa viver em um Estado Democrático de Direito? Significa que o conjunto de leis e normas que regem a nossa sociedade é elaborado com base na vontade do povo. A democracia pulsa por meio da participação ativa dos cidadãos e cidadãs na formulação das regras que nos guiam, construindo um sistema que busca a igualdade, a justiça e a proteção dos direitos individuais e coletivos. Em um Estado Democrático de Direito, a voz de cada pessoa é fundamental para a construção de um futuro mais próspero para todos. Neste Estado, são valorizados:

As liberdades

a democracia garante o direito ao voto, à liberdade de expressão, à liberdade de manifestação política e de imprensa. Nela, você pode ter voz ativa na sociedade e defender seus ideais.

A participação

através do Orçamento Participativo, conferências, audiências públicas e conselhos, você pode influenciar diretamente nas decisões que impactam sua vida e sua comunidade.

A fiscalização

a democracia permite que você acompanhe e fiscalize o trabalho dos governantes e das instituições públicas. Você pode cobrar transparência. É possível fiscalizar as instituições e garantir seu bom funcionamento.

A transparência

o Poder Público deve ser transparente e prestar contas à sociedade civil. Você tem o direito de saber como o dinheiro público está sendo aplicado e quais decisões estão sendo tomadas.

O aperfeiçoamento

a democracia é um sistema em constante evolução. Você pode contribuir para o seu aperfeiçoamento e aprofundamento através do diálogo, da crítica construtiva e da participação cidadã.

Fique de olho!

e defenda o Estado Democrático de Direito!

A democracia é um bem precioso que precisa ser cuidado e defendido por todos. Participe da vida política do seu país:

- ✿ **Vote nas eleições:** escolha os representantes que melhor defendem valores e interesses plurais e das minorias.
- ✿ **Cobre seus representantes:** exija que eles cumpram suas promessas e trabalhem pelo bem da população.
- ✿ **Lute por seus direitos:** participe de movimentos sociais e reivindique seus direitos como cidadã.
- ✿ **Dialogue e se informe:** converse com pessoas de diferentes pontos de vista e busque informações confiáveis sobre os acontecimentos políticos e sociais.
- ✿ **Ensine as novas gerações:** eduque as crianças e jovens sobre a importância da democracia e como defendê-la.

Riscos e ameaças à democracia no contexto atual.

A democracia, como regime de governo concebido para assegurar liberdade, igualdade e justiça, precisa de instituições fortes e organizadas. No entanto, o regime democrático enfrenta desafios cada vez mais complexos no Brasil. Diversos fatores convergem para um cenário preocupante, exigindo atenção e ação constante de todos aqueles que defendem seus valores.



VAMOS ANALISAR ESSES DESAFIOS?

- ☀ **Desinformação e fake news:** a disseminação de informações falsas nas redes sociais prejudica a democracia, pois mina a confiança nas instituições, polariza a sociedade e prejudica o debate público.
- ☀ **Extremismo e populismo:** movimentos extremistas e populistas ameaçam a tolerância, o pluralismo e a civilidade, alimentando soluções autoritárias.
- ☀ **Ataques às instituições democráticas:** a deslegitimação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da mídia fragiliza a democracia.
- ☀ **Desigualdade social e econômica:** disparidades de renda e injustiça de oportunidades de acesso a bens geram insatisfação e alimentam o populismo.
- ☀ **Corrupção e falta de transparência:** a corrupção sistêmica mina a confiança nas instituições democráticas. Quando os líderes políticos são percebidos como corruptos, a legitimidade do sistema é prejudicada.
- ☀ **Ameaças à liberdade de expressão:** restrições à liberdade de expressão atacam diretamente a democracia.
- ☀ **Declínio da participação dos cidadãos:** quando os cidadãos se tornam apáticos ou desiludidos com o sistema político, a participação eleitoral diminui. A democracia depende da participação ativa de todos.
- ☀ **Ataques cibernéticos:** a crescente dependência da tecnologia torna as democracias vulneráveis a ataques cibernéticos. A interferência estrangeira em eleições e a manipulação de dados online são preocupações reais.

Saiba mais

É importante entender que nenhum direito, mesmo os fundamentais, é absoluto. Os direitos fundamentais balizam-se uns aos outros, garantindo um equilíbrio necessário para a convivência em sociedade.

Fique de olho!

Os direitos fundamentais devem ser exercidos com responsabilidade e respeito aos outros direitos. O equilíbrio entre esses direitos é essencial para uma sociedade justa e democrática.

Diante dos inúmeros desafios, é crucial que as cidadãs se envolvam na preservação da democracia. Algumas ações de extrema importância incluem:

Educação para a democracia: é essencial promover a educação democrática desde a infância, na vida escolar e doméstica, ensinando aos cidadãos seus direitos e deveres, bem como habilidades críticas para se informarem e participarem ativamente da vida política.

Fortalecimento das instituições democráticas: as instituições democráticas devem ser fortalecidas para resistir aos ataques que enfrentam. Isso envolve medidas para aumentar a transparência e a participação popular.

Combate à desinformação e às fake news: é imperativo combater a disseminação de informações falsas por meio da educação midiática, verificação de fatos e responsabilização dos propagadores.

Promoção do diálogo e da tolerância: é fundamental fomentar o diálogo e a tolerância entre diferentes grupos sociais, combatendo a polarização e a radicalização.

Participação social e política: a participação ativa na política é essencial para fortalecer a democracia. Informar-se sobre candidatos, partidos políticos, votar nas eleições e cobrar o cumprimento de promessas pelos representantes são passos cruciais de qualquer cidadão ou cidadã.

Fique de olho

A defesa da democracia é um dever de todas as cidadãs. Somente com o engajamento e a participação de todas, podemos garantir que esse sistema político, essencial para liberdade, igualdade e justiça, continue a prosperar.

4.1 Qual é a relação entre a **democracia** e a política?



Considerando tudo o que já discutimos até o momento, é evidente que a democracia e a política estão intrinsecamente ligadas. Mas por quê?

Democracia e soberania popular

a democracia garante a soberania popular, ou seja, o direito do povo, de acordo com a legislação vigente, de tomar decisões. Nós, como cidadãos, somos, portanto, agentes políticos.

Concretização do ideal democrático

o ideal democrático, expresso no artigo 1º de nossa Constituição Federal, só ocorrerá se assumirmos nosso papel como cidadãos. Esse artigo estabelece os fundamentos da República Federativa do Brasil, incluindo a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

Todo poder emana do povo

o parágrafo único do artigo 1º da nossa Constituição Federal enfatiza que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, de acordo com os termos da Constituição.

Cidadania e deveres políticos

quando falamos em cidadania, devemos entender que essa é uma qualidade conferida a nós como indivíduos pertencentes a um Estado. Naturalmente, daí derivam direitos e deveres no âmbito político, uma vez que fazemos parte desse Estado.

Exercício da democracia

o poder, o dever e a oportunidade de contribuir para a vida pública por meio do exercício da cidadania são, essencialmente, o próprio exercício da democracia. Portanto, podemos concluir que política e democracia estão profundamente interligadas.

4.2 a importância da participação das **mulheres**

A presença ativa das mulheres na política é crucial para diversos aspectos da sociedade. Elas não apenas contribuem para a formulação de políticas públicas que consideram as necessidades específicas de seu público, mas também oferecem uma outra perspectiva em diferentes assuntos que envolvem toda a sociedade, como meio ambiente, políticas econômicas, dentre outras.

Além disso, servem como modelos inspiradores para as futuras gerações, desafiando os obstáculos de gênero que historicamente limitaram sua presença na arena política.



Fique de olho em alguns pontos

Representatividade

Apesar dos desafios enfrentados, as mulheres na política têm se dedicado a questões cruciais, como economia, direitos políticos, meio ambiente, cidade segura, saúde, educação, direitos reprodutivos e o enfrentamento à violência contra as mulheres. A inclusão de mais mulheres na política não é apenas uma questão de justiça ou representatividade, mas um imperativo para o desenvolvimento de sociedades mais justas, equitativas e resilientes.

Direitos e igualdade

As mulheres têm lutado incansavelmente por seus direitos ao longo da história. O direito ao voto, a igualdade no local de trabalho e o acesso à educação são conquistas que beneficiam toda a sociedade. A participação política das mulheres é essencial para avançar em direção à igualdade de gênero e para combater a discriminação e o preconceito.

Inspiração para futuras gerações

Quando meninas veem mulheres em posições de liderança, isso as inspira a sonhar alto e a buscar carreiras em áreas antes dominadas por homens. As mulheres na política servem como modelos para as futuras gerações, mostrando que é possível superar barreiras e alcançar posições de poder, pois elas desafiam estereótipos de gênero e servem de inspiração para as futuras gerações.

Questões específicas

As mulheres têm uma compreensão mais eficaz e ampla sobre questões como segurança pública, saúde materna, cuidados infantis e violência doméstica. Sua participação na política garante que essas questões sejam abordadas adequadamente. Além disso, políticas voltadas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres beneficiam toda a sociedade, promovendo um ambiente mais justo e equitativo.

atenção!

A participação ativa na política é essencial para construir uma sociedade mais justa, igualitária e progressista. Devemos continuar apoiando e incentivando o envolvimento das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão!

4.3 Obstáculos à igualdade de participação política das mulheres

A participação plena e igualitária das mulheres na vida política é fundamental para a construção de uma democracia forte, justa e representativa. No entanto, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, diversos obstáculos ainda impedem que as mulheres alcancem a representatividade proporcional à sua presença na sociedade.

Desigualdade persistente

estereótipos que associam as mulheres exclusivamente à vida doméstica, à sexualidade, à fragilidade, à emotividade e à falta de aptidão para a liderança, dentre outros, prejudicam a imagem das mulheres no campo político e influenciam as decisões dos eleitores.

Consequências da desigualdade

Sub-representação política: quando os eleitores internalizam a ideia de que as mulheres não são tão competentes e capazes quanto os homens, isso afeta suas escolhas nas urnas. Como resultado, menos mulheres ocupam cargos políticos, o que prejudica a diversidade e a representatividade.

Barreiras para a participação: os estereótipos de gênero também criam barreiras para a participação ativa das mulheres na política. As mulheres podem enfrentar resistência ao ingressar em partidos políticos, ao ser candidatas ou ao ocupar posições de liderança. A percepção de que as mulheres não são adequadas para esses papéis dificulta seu envolvimento nos locais de poder.

Efeito de viés de gênero: influencia a percepção das habilidades e competências das mulheres. Mesmo quando elas têm as mesmas qualificações que os homens, podem ser vistas como menos capazes. Isso afeta sua credibilidade e impacta diretamente suas chances de sucesso político.

Violência política de gênero: é uma realidade que afeta significativamente a participação das mulheres na política. Ela se manifesta de várias formas e cria obstáculos para que as mulheres exerçam seus direitos democráticos e sua cidadania plenamente.

Agenda política desbalanceada: questões importantes para as mulheres, como saúde reprodutiva, igualdade salarial, creches e enfrentamento à violência de gênero, podem receber menos atenção nos debates políticos. A presença feminina na política é crucial para garantir que essas questões sejam abordadas adequadamente. E isso não impede que as mulheres discutam todo tipo de assunto. Ao contrário: as mulheres oferecem uma perspectiva diferente a assuntos que são tradicionalmente discutidos pelos homens, como política econômica e questões de infraestrutura, por exemplo.

Perpetuação de normas de gênero: a persistência dos estereótipos reforça as normas de gênero em toda a sociedade. Isso afeta não apenas a política, mas também a cultura, a economia e outras esferas. Romper com essas normas é essencial para alcançar a igualdade de gênero.

Rede de apoio: quando uma mulher toma a decisão de ingressar na política, especialmente se ela tem uma família com filhos ou cuida de alguém, é essencial que toda a sociedade a apoie. Afinal, apoiar mulheres que decidem entrar na política não é apenas um dever, mas também uma maneira de fortalecer a democracia e promover a igualdade de gênero.

Dados preocupantes:

- ☀ O Brasil ocupa uma posição muito desfavorável em termos de representatividade política das mulheres na América Latina³ e no mundo.
- ☀ De acordo com a CEPAL (2022), o Brasil está entre os últimos países em termos de presença de mulheres em cargos eleitos.⁴
- ☀ O Mapa Mulheres na Política (2024) colocou o Brasil em 133º lugar entre 185 países em relação à proporção de mulheres no parlamento.⁵
- ☀ No Brasil, 900 municípios não elegeram nenhuma vereadora nas eleições de 2020.⁶

Fique de olho

Esses dados reforçam a necessidade contínua de esforços para aumentar a representatividade feminina na política brasileira. É fundamental que as vozes das mulheres sejam ouvidas e consideradas nas decisões governamentais.

Conteúdo Produzido pelo projeto “De Olho nas Urnas”

3, 4 e 5 Fontes: Mulheres no Poder: Defendendo a Igualdade na Política Brasileira | República Latina (latinarepublic.com). Acesso: 20 maio 2024.

6 Fonte: Baixa representatividade feminina na política compromete o Brasil no ranking mundial - Secretaria da Mulher (solidariedademulher.org.br). Acesso: 20 maio 2024.

Como melhorar a representação das mulheres na política?

A sub-representação das mulheres na política é um desafio global com impactos negativos na democracia, justiça social e desenvolvimento. No entanto, há várias medidas que podem ser adotadas para aumentar a participação feminina na esfera política e construir um futuro mais igualitário. Vamos explorar algumas delas?

Punição para os agressores da violência política de gênero: implementar leis e mecanismos eficazes para punir os agressores de mulheres na política, com medidas que vão desde multas e penas restritivas de liberdade até a perda de direitos políticos.

Medidas de proteção: criar mecanismos de proteção para mulheres candidatas e em exercício, como escoltas, seguranças, botões de pânico e canais de denúncia sigilosos e os meios de financiá-los.

Campanhas de conscientização: realizar campanhas de conscientização sobre a violência de gênero na política e sobre a importância de mulheres nesse espaço seguro, sensibilizando a sociedade sobre o problema, seus impactos e a importância de combatê-lo.

Criação de espaços de acolhimento: criar instâncias específicas para receber denúncias e amparar psicologicamente vítimas de violência de gênero na política, garantindo um espaço seguro e acolhedor para as mulheres em situação de violência.

Formação para profissionais da política: promover a formação de políticos, servidores públicos e profissionais da área jurídica sobre como identificar, prevenir e combater a violência de gênero na política.

Educação em direitos humanos: implementar programas de educação em direitos humanos para toda a população, com foco na prevenção da violência de gênero e na promoção da igualdade de gênero na política.

Como melhorar a representação das mulheres na política?

Apoio a organizações da sociedade civil: fortalecer e apoiar organizações da sociedade civil que trabalham no enfrentamento à violência de gênero na política, oferecendo recursos, treinamento e apoio técnico e financeiro.

Apoio e capacitação de potenciais líderes: é crucial oferecer apoio prático e capacitação para mulheres que desejam ingressar na política. Isso inclui treinamento em liderança, habilidades de comunicação e estratégias de campanha. Redes de mentoria e programas de empoderamento podem fortalecer a confiança e a determinação das mulheres.

Financiamento de campanhas: o financiamento adequado é essencial para que as mulheres possam competir em igualdade de condições com os homens. Desse modo, incentivar doações e fiscalizar efetivamente a utilização dos fundos públicos específicos para candidatas mulheres pode ajudar a nivelar o campo de atuação.

Promoção da representatividade: a presença de mulheres em cargos políticos deve ser incentivada em todos os níveis, desde as câmaras municipais até os parlamentos nacionais. Cotas de gênero e metas de representação paritária podem ser implementadas para garantir que as mulheres sejam incluídas nas listas de eleitos.

**Vamos
juntas!**

Mostramos várias medidas que podem ser adotadas para aumentar a participação feminina na esfera política e construir um futuro mais igualitário. Vamos juntas pensar e lutar para construir uma democracia mais forte e igualitária com a presença das mulheres!

Incentivo para que as mulheres se envolvam ativamente na democracia

Participe e inspire outras mulheres a se envolverem na política! Afinal:

A democracia precisa da sua voz:

sua participação é fundamental para construir um país mais justo e igualitário para todas. As mulheres representam mais da metade da população, e suas visões e experiências únicas são essenciais para o bom funcionamento da democracia.

Você tem o poder de influenciar:

as mulheres têm o poder de influenciar as decisões políticas que impactam suas vidas e as vidas de suas famílias, bem como as decisões de toda a sociedade. Ao se envolver na política, você pode defender seus direitos e promover políticas públicas que beneficiem todas as minorias. Além disso, você pode ser um exemplo inspirador para outras mulheres.

Juntas, podemos fazer mais:

quando as mulheres se unem e se organizam, alcançam grandes mudanças. Existem diversas organizações e movimentos sociais que apoiam e incentivam a participação feminina na política. Junte-se a um desses grupos para encontrar apoio e orientação e se alie a outras mulheres com os mesmos objetivos.

É um direito e um dever:

votar e se candidatar a cargos públicos são direitos conquistados por muitas mulheres que lutaram por igualdade. Exercer esses direitos é essencial para fortalecer a democracia e garantir que a voz das mulheres seja ouvida. Participar da política é um dever de todos os cidadãos e cidadãs, e as mulheres têm um papel fundamental a desempenhar.

A democracia é mais forte com a participação das mulheres:

estudos comprovam que países com maior participação feminina na política são mais justos, igualitários e prósperos. Portanto, sua participação faz toda a diferença!

Resumindo a nossa prosa...

Ao fornecer informações sobre a democracia brasileira, esperamos capacitar mais mulheres a se envolverem ativamente nos processos democráticos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

A inclusão das mulheres na política não é apenas uma questão de representatividade, mas de **justiça e igualdade**.
Participe dessa jornada e ajude a fortalecer a democracia brasileira!



Glossário

Minidicionário para Mulheres na Política

Desigualdade de gênero: diferenças injustas e discriminatórias entre homens e mulheres em termos de oportunidades, direitos e tratamento.

Desafios: obstáculos, problemas ou dificuldades que precisam ser superados.

Gênero: características, papéis, comportamentos e expectativas associados culturalmente ao ser homem ou mulher.

Estereótipos de gênero: crenças generalizadas e simplificadas sobre como homens e mulheres devem se comportar, baseadas em expectativas sociais e culturais.

Feminismo: movimento social e político que busca a igualdade entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida, incluindo a política.

Discriminação: tratamento injusto ou diferenciado com base em gênero, raça, idade, religião, orientação sexual ou outras características pessoais.

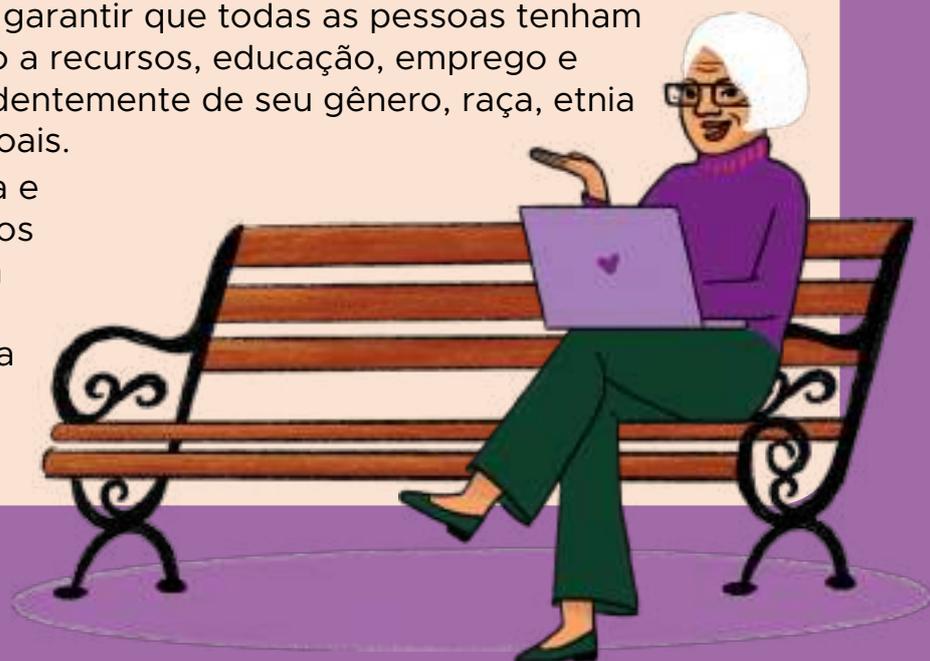
Política: atividades e processos relacionados à governança de um país, estado ou município ou organização, incluindo a tomada de decisões, a criação de leis e a representação da sociedade.

Mulheres na política: a participação e representatividade das mulheres em cargos políticos, como parlamentares, prefeitas, vereadoras, governadoras, entre outros.

Empoderamento feminino: o fortalecimento das mulheres em termos de autonomia, igualdade de direitos e oportunidades, capacitação e participação na sociedade.

Igualdade de oportunidades: garantir que todas as pessoas tenham as mesmas chances de acesso a recursos, educação, emprego e participação política, independentemente de seu gênero, raça, etnia ou outras características pessoais.

Representatividade: presença e participação de diversos grupos sociais, como as mulheres, em posições de poder e tomada de decisões, para garantir uma representação mais justa e inclusiva da sociedade.



Glossário

Pequeno Dicionário de Termos Políticos

Ação popular: instrumento jurídico que permite a qualquer cidadão questionar a legalidade de atos administrativos do governo.

Aliança eleitoral: acordo entre partidos políticos para o apoio mútuo em eleições.

Autodeterminação dos povos: direito de um povo de decidir seu próprio destino político.

Bancada parlamentar: grupo de parlamentares de um mesmo partido ou coligação que atuam em conjunto no Congresso Nacional.

Bipartidarismo: sistema político em que dois partidos dominam o cenário político.

Câmara dos Deputados: casa do Congresso Nacional composta por representantes do povo, eleitos proporcionalmente à população de cada estado.

Censura: restrição imotivada à liberdade de expressão por parte do Estado.

Constituição: lei fundamental que estabelece a organização do Estado e os direitos dos cidadãos.

Democracia: regime político em que o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos por ele diretamente.

Ditadura: regime autoritário em que o poder está concentrado nas mãos de uma pessoa ou grupo de pessoas.

Direitos humanos: direitos básicos e universais que garantem a dignidade humana.

Eleições: processo pelo qual o povo escolhe seus representantes políticos.

Estado: organização política soberana que ocupa um território determinado e possui um governo e uma nação.

Federalismo: forma como um país se divide politicamente, na qual o poder é dividido entre um governo central e governos regionais.

Foro privilegiado: prerrogativa que garante a certos cargos públicos serem julgados por um tribunal especial.

Fundamentalismo: crença rígida em princípios religiosos ou políticos que não admite questionamentos.

Globalização: processo de crescente interdependência entre os países do mundo.

Hegemonia: dominação de um país sobre outro ou de um grupo sobre outro.

Ideologia: conjunto de ideias que orientam a ação política de um grupo ou indivíduo.

Impeachment: processo pelo qual um chefe de Estado ou de governo pode ser destituído do cargo por crime de responsabilidade.

Glossário

Pequeno Dicionário de Termos Políticos

Instituições políticas: organizações que exercem o poder político no Estado.

Justiça social: distribuição justa de bens e oportunidades na sociedade.

Lobby: ação de grupos de interesse para influenciar decisões políticas.

Majoritarismo: sistema político em que a maioria da população decide o destino do país.

Minorias: grupos sociais que se distinguem da maioria por sua etnia, religião, orientação sexual ou outros fatores.

Nacionalismo: sentimento de amor e orgulho pela pátria.

Neoliberalismo: modelo econômico que defende a livre iniciativa e a mínima intervenção do Estado na economia.

Opinião pública: conjunto de opiniões e crenças predominantes na sociedade sobre um determinado assunto.

Paridade de gênero: igualdade de representação entre homens e mulheres em cargos políticos e outras áreas da sociedade.

Participação política: ação dos cidadãos na vida política do país.

Partido político: organização que reúne pessoas com ideias e objetivos políticos em comum.

Populismo: discurso político que busca o apoio popular por meio de promessas demagógicas.

Poder Executivo: chefia do Estado e do governo, poder responsável pela administração pública.

Poder Legislativo: poder estatal que agrega um conjunto de órgãos responsáveis pela elaboração das leis e pela fiscalização da implementação de políticas públicas.

Poder Judiciário: poder estatal que agrega um conjunto de órgãos responsáveis pela interpretação e aplicação das leis nos processos que lhe forem endereçados.

Plebiscito: consulta popular para que o povo decida sobre um determinado assunto.

Pluripartidarismo: sistema com mais de dois partidos políticos.

Links úteis

Ações Federais para Mulheres

o governo federal atua em projetos e programas que beneficiam diretamente as mulheres, incluindo ações de enfrentamento e prevenção à violência. Na página do Ministério das Mulheres, estão listadas 79 ações federais atualmente em vigor na temática.

Instituto Alzirias

Fundado em 2017 por pesquisadoras, gestoras públicas e advogadas, o Instituto Alzirias é uma organização social sem fins lucrativos que tem a missão de ampliar e fortalecer a presença de mulheres na política e na gestão pública, em toda a sua diversidade, como parte do necessário processo de aperfeiçoamento da democracia e para a construção de soluções para problemas públicos.

Observatório de Violência Política contra a Mulher

é um projeto da Transparência Eleitoral Brasil, em conjunto com outras instituições, que visa compilar informações e acompanhar ações de combate e prevenção da violência política contra mulheres. O observatório atua em todas as fases da participação política feminina, desde a decisão de se candidatar até a atuação parlamentar.

Observatório Nacional da Mulher na Política

tem como finalidade produzir, agregar e disseminar conhecimento acerca da atuação política de mulheres no Brasil e sobre o processo de construção e fortalecimento do seu protagonismo político. Na sua página, podem ser encontrados sistemas de dados dinâmicos, estudos e informações sobre eventos relacionados à participação feminina na política.

Links úteis

ONU Mulheres

a ONU Mulheres promove a democracia paritária, permitindo que as mulheres liderem e participem de forma igualitária na tomada de decisões. No Brasil, elas apoiam a participação política de mulheres em todos os espaços de poder, garantindo diversidade e fortalecimento dos movimentos feministas.

Rede A Ponte

é uma organização dedicada a fortalecer a representatividade feminina na política pública brasileira. A rede oferece apoio contínuo e personalizado para mulheres eleitas, como vereadoras e deputadas estaduais, além de mulheres em altos cargos no Executivo. A Ponte promove políticas públicas universais, baseadas em dados e evidências, e implementadas com rigor técnico.

TSE Mulheres

em seu portal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possui um espaço que reúne estatísticas sobre o eleitorado e a participação feminina na política. Ele também fornece informações históricas, legislativas e institucionais.



Referências

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Direito das mulheres: as lutas dos movimentos feministas desde a redemocratização e seus resultados. 2020. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/direito-das-mulheres/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GRUNEICH, Danielle. O que é violência política contra a mulher. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

Gorczevski, Clovis; Belloso Martín, Nuria. Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI. 1. ed. [recurso eletrônico] Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018. Disponível em: www.unisc.br/edunisc. Acesso em: 20 de maio de 2024.

MAEDA, Patrícia. A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez em 2020. 2020. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-lelia-gonzalez-em-2020/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MARTINS, Eneida Valarini. A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2007.

PEREIRA, Cleidi Cristina. A colonialidade de gênero e a invisibilidade da luta política das mulheres durante três ditaduras latino-americanas. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], 42, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/alhim/10250>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SECRETARIA DA MULHER. Bancada Feminina, Benedita da Silva. 57^o Legislatura - 2^o Sessão Legislativa Ordinária, Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Brasília. Abril de 2022. Acesso em 28 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/bancada-feminina/benedita-da-silva>. Acesso em: 28 ago. 2024.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Você Conhece a Seppir? 2017.

Acesso em: 28 ago. 2024. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2017/01-janeiro/voce-conhece-a-seppir-1. Acesso em: 28 ago. 2024.

Ficha técnica

Universidade Federal de Goiás
Gestão 2022-2025

Angelita Pereira de Lima
Reitora

Jesiel Freitas Carvalho
Vice-Reitor

Israel Elias Trindade
Pró-Reitor de Graduação

Felipe Terra Martins
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Helena Carasek
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Luana Cássia Miranda Ribeiro
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Robson Maia Geraldine
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Sauli dos Santos Júnior
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Maísa Miralva da Silva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

PESQUISA

Projeto De Olho nas Urnas:
Candidaturas de mulheres e monitoramento da igualdade de gênero nas eleições de 2024

Coordenação
Angelita Pereira de Lima

Vice-Coordenação
Dijaci David de Oliveira

Coordenação Técnica
Aline Hack
Ana Paula de Castro Neves

Coordenação de Comunicação
Luana Silva Borges

Coordenação Administrativa
Larissa Santos

Pesquisadora Responsável
Ana Paula de Castro Neves

Edição Geral e Revisão
Bruna Schlindwein Zeni
Luana Silva Borges

Projeto Gráfico e Ilustrações
Karynne Paula de Senna (TheKarynne)

Diagramação
Karynne Paula de Senna (TheKarynne)

Colaboradoras
Ana Cláudia Oliveira
Bruna Schlindwein Zeni
Jully Anne Ribeiro da Cruz
Luana Silva Borges
Luciana Rodrigues de Oliveira
Roberta Viegas

Financiamento e Apoio
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados
Observatório Nacional da Mulher na Política



CARTILHA

Mulheres

DE OLHO NA
DEMOCRACIA BRASILEIRA

